

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 173/XIII/4.ª SL

Aos 16 dias do mês de abril de 2019, pelas 11.00 horas, reuniu na sala 8 do Palácio de S. Bento, a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Nova apreciação na generalidade (artigo 146.º do RAR) das seguintes iniciativas:
 - Projeto de Lei 568 | XIII | 2 (PEV) - Assistência a Banhistas;
 - Projeto de Lei 1009 | XIII | 4 (BE) - Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro);
2. Apreciação e votação do parecer referente à
 - Proposta de Lei 188 | XIII | 4 (GOV) - Aprova a lei das infraestruturas militares (Relator: Senhor Deputado Joaquim Raposo - GP PS);
3. Discussão dos seguintes projetos de resolução (artigo 128.º do RAR):
 - Projeto de Resolução 672 | XIII | 2 (PSD) - Recomenda medidas urgentes de valorização dos Cemitérios dos Nossos Heróis;
 - Projeto de Resolução 2091 | XIII | 4 (BE) - Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria forense às contas da EMPORDEF e dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
4. Discussão e votação na especialidade dos seguintes projetos de resolução (Deliberação da CL de 26.09. 2018):
 - Projeto de Resolução 824 | XIII | 2 (PSD) - Plataforma Continental;
 - Projeto de Resolução 907 | XIII | 2 (PS) - Recomenda ao Governo que Promova a valorização da Extensão da Plataforma Continental;
5. Votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição dos Ex-Ministros da Defesa Nacional José Pedro Aguiar Branco e José Alberto Azeredo Lopes, para “prestarem todos os esclarecimentos” sobre “o processo que está a conduzir à extinção da EMPORDEF”.

Aberta a reunião, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), que presidiu, deu a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS) para apresentar o parecer referente à Proposta de Lei 188 | XIII | 4 (GOV) - Aprova a lei das infraestruturas militares.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, não estando presente no momento da votação o GP do PCP.

Procedeu-se então à nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei 568| XIII| 2 (PEV) - Assistência a Banhistas -, tendo participado no debate os Senhores Deputados Rui Silva (PSD), Diogo Leão (PS), João Rebelo (CDS-PP) e Ascenso Simões (PS) que se manifestaram em sentido contrário ao preconizado na iniciativa por considerarem que as competências referentes a assistência a banhistas e à duração da época balnear devem permanecer nas autarquias locais, tendo inclusivamente o último questionado a constitucionalidade da iniciativa.

Assim, e concluída a nova apreciação da generalidade pela Comissão, o processo legislativo referente a esta iniciativa deve seguir a sua tramitação normal com o agendamento da sua votação na generalidade pelo Plenário da Assembleia da República nos termos dos artigos 147.º e 148.º do RAR.

A nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei 1009| XIII| 4 (BE) - Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro) - foi adiada, a pedido do GP PS, tendo o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) justificado o adiamento pela eventual possibilidade de se encontrar um consenso sobre a matéria a em discussão.

Foi então dada a palavra ao Senhor Deputado Joel Sá (PSD) para apresentar o Projeto de Resolução 672| XIII| 2 (PSD) - Recomenda medidas urgentes de valorização dos Cemitérios dos Nossos Heróis -, tendo referido o cemitério de Richebourg l'Avoué, no norte de França, bem como o monumento de La Couture, como exemplos de degradação que motivaram a iniciativa.

No debate que se seguiu intervieram os Senhores Deputados Diogo Leão (PS), João Soares (PS), João Rebelo (CDS-PP) e João Vasconcelos (BE), que concordaram com o princípio de que os cemitérios onde estão os combatentes portugueses que deram a vida em nome de Portugal e os monumentos que os evocam devem ser dignificados e valorizados, mas que nos casos referidos, onde ocorreram cerimónias evocativas da Grande Guerra durante o ano passado, os locais já não apresentavam a deterioração que é relatada.

Assim, nos termos do n.º1 do artigo 128.º do RAR, o Projeto de Resolução 672| XIII| 2 (PSD) reúne as condições para ser agendado para votação no Plenário.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) apresentou então o Projeto de Resolução 2091 | XIII | 4 (BE) - Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria forense às contas da EMPORDEF e dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

No debate efetuado intervieram os Senhores Deputados Ascenso Simões (BE), Luis Pedro Pimentel (PSD) e João Rebelo (BE). O primeiro declarou não haver reversão de decisões anteriores e que as questões de natureza política estão resolvidas pelo escrutínio das eleições e que, por outro lado, o pretendido ia para além das competências do Governo, estando, porém, o seu GP disponível para ponderar a auditoria se esta fosse executada pelo Tribunal de Contas; o segundo referiu-se ao êxito da solução encontrada para os Estaleiros e considerou não ser este o tempo próprio para iniciativas deste tipo; o terceiro recordou o acompanhamento efetuado pela Assembleia da República em relação ao processo de concessão dos Estaleiros – inclusivamente através de uma comissão de Inquérito -, considerando-o correto e recordou que as alegadas irregularidades foram comunicadas ao Ministério Público pelo liquidatário da EMPORDEF, não fazendo sentido realizar uma auditoria nos moldes propostos.

Assim, nos termos do n.º1 do artigo 128.º do RAR, o Projeto de Resolução n.º 2091/XIII/4. (BE) reúne as condições para ser agendado para votação no Plenário.

O ponto referente à discussão e votação na especialidade dos Projeto de Resolução 824 | XIII | 2 (PSD) - Plataforma Continental e do Projeto de Resolução 907 | XIII | 2 (PS) - Recomenda ao Governo que Promova a valorização da Extensão da Plataforma Continental – foi adiado para ser encontrado um texto final comum às duas, tendo os Senhores Deputados João Soares (PS) e António Ventura (PSD) ficado com a incumbência de efetuar as diligências necessária à sua concretização.

Finalmente, foi submetido a votação o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição dos Ex-Ministros da Defesa Nacional José Pedro Aguiar Branco e José Alberto Azeredo Lopes, para “prestarem todos os esclarecimentos” sobre “o processo que está a conduzir à extinção da EMPORDEF”, uma vez que a intenção dos requerentes de usar o direito potestativo para o efeito, declarada na reunião de 12 de março em que foi apresentado e discutido, não tinha acolhimento regimental.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Submetido a votação, sem a presença do GP PCP, foi rejeitado com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e a favor do BE.

Não havendo mais nada a tratar, eram 12H35 horas quando o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de abril de 2019

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(JOÃO VASCONCELOS)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Diogo Leão
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Joaquim Raposo
Jorge Gomes
Leonel Costa
Luís Pedro Pimentel
Maria Lopes
Miguel Coelho
Rui Silva
António Ventura
Conceição Bessa Ruão
Joel Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
José de Matos Correia
Pedro Roque
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Jorge Machado
Marco António Costa
Miranda Calha
Pedro Filipe Soares
Vitalino Canas